

A PRISÃO PROVISÓRIA COMO INSTRUMENTO DE EXPANSÃO PUNITIVA

Luciana Ferreira dos Santos¹
Sérgio Blattes²

RESUMO

O presente artigo trata sobre a complexa relação entre o direito à liberdade e o papel punitivo do Estado, na atual conjuntura brasileira aonde vem acontecendo uma frequente banalização das prisões provisórias, especialmente da prisão preventiva. Essa banalização faz com que a prisão preventiva perca o seu caráter de cautelaridade e passe a ser um instrumento de expansão punitiva do Estado. Para a elaboração deste artigo foi utilizada a pesquisa bibliográfica iniciando a abordagem pela origem e os requisitos necessários a decretação da prisão preventiva, passando a verificar a legislação processual vigente que sofreu várias alterações no que diz respeito as prisões provisórias através da Lei 12.403/11, bem como os princípios constitucionais que regem o referido instituto, finalizando o trabalho com uma explanação dos reflexos da expansão punitiva na realidade brasileira. No desenvolver da pesquisa utilizou-se o método dedutivo, pois a partir dos dados oficiais do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) e do exame doutrinário, jurisprudencial, constitucional e legal busca-se demonstrar que não raro, está sendo cerceada a liberdade individual, flexibilizando-se princípios constitucionais e transformando a prisão preventiva em verdadeiro instrumento de antecipação de pena e repressão por parte do Estado. Um dos motivos que ajuda na distorção da finalidade da prisão preventiva é a falta de um prazo legal para a sua duração. Nesse caso, o princípio da razoabilidade, assim como outros, acaba sendo esquecido pelo sistema processual penal que está cada vez mais deturpado.

Palavras-chave: Prisão provisória. Prisão preventiva. Expansão punitiva.

REFERÊNCIAS

AVENA, Norberto Cláudio Pâncaro. **Processo Penal: esquematizado**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2011.

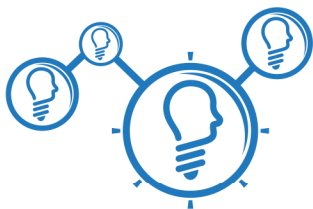
BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal: parte geral**. v. 1. 11.ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

BONFIM, Edilson Mougenot. **Curso de processo penal**. 4. ed. de acordo com as Leis n. 11.689/2008 e 11.719/2008. São Paulo: Saraiva, 2009.

BARROS, Romeu Pires de campos. **Processo penal cautelar**. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

¹ Autora. Estudante do curso de Direito do Centro Universitário Franciscano – UNIFRA. Endereço eletrônico: luh.ferreira@live.com.

² Orientador. Desembargador do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJ/RS). Endereço eletrônico: sergio@blattes.com.br.



- CAPEZ, Fernando. **Curso de processo penal**. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
- CASTRO, Élcio Pinheiro de. Prisão Cautelar *Versus* princípio Constitucional da Inocência. **Revista De Estudos Criminais nº 13**. Porto Alegre: ITEC, Notadez, 2004.
- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Mutirão Carcerário**. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/programas-de-a-a-z/sistema-carcerario-e-execucao-penal/pj-mutirao-carcerario>> Acesso em: 05 nov. 2014.
- EBC AGÊNCIA BRASIL. População carcerária passa de 715 mil, diz CNJ. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2014-06/populacao-carceraria-passa-de-700-mil-e-deixa-brasil-em-3deg-no>> Acesso em: 02 nov. 2014.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**; tradução de Lígia M. Pondé Vassallo. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.
- KATO, Maria Ignez Lanzellotti Baldez. **A (Des) razão da prisão provisória**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.
- LOPES JR., Aury. **Direito processual penal**. 11.ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
- MACHADO, Antônio Alberto. **Curso de processo penal**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- MUCCIO, Hidejalma. **Curso de processo penal**. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2011.
- NICOLITT, André Luiz. **Manual de Processo Penal**. 5 ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2014.
- NUCCI, Guilherme de Souza. **Prisão e Liberdade**. 4. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2014.
- OLIVEIRA, Eugênio; FISCHER, Douglas. **Comentários ao Código de Processo penal e sua jurisprudência**. 6. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2014.
- PRADO, Geraldo. **Prisão e Liberdade**. Disponível em: <<http://www.buscalegis.ufsc.br/revistas/files/anexos/18503-18504-1-PB.pdf>> Acesso em: 02 nov. 2014.
- PINHO, Ana Cláudia Bastos de. Prisão Provisória: cautelaridade ou banalidade. **Revista De Estudos Criminais nº 03**. Porto Alegre: ITEC, Notadez, 2001.
- RANGEL, Paulo. **Direito processual penal**. 21. ed. São Paulo: Atlas, 2013.
- SILVA, Danielle Souza de Andrade e. A temporalidade específica da prisão preventiva: um mecanismo de conciliação entre garantias individuais e efetividade no processo penal. **Revista Brasileira De Ciências Criminais**. IBCCRIM/Ed. Revista Dos Tribunais, 2006.
- TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Manual de processo penal**. 11. ed. São Paulo. Saraiva, 2009.
- TORNAGHI, Hélio. **Curso de processo penal**. v.II. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 1989.